

Comunicações

“Declaração de Direito Autoral

Autores que publicam nesta revista concordam com os seguintes termos: Autores mantêm os direitos autorais e concedem à revista o direito de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Creative Commons Attribution License, permitindo o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria do trabalho e publicação inicial nesta revista. Autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não-exclusiva da versão do trabalho publicada nesta revista (ex.: publicar em repositório institucional ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e Declaração de Direito Autoral Autores que publicam nesta revista concordam com os seguintes termos: Autores mantêm os direitos autorais e concedem à revista o direito de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Creative Commons Attribution License, permitindo o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria do trabalho e publicação inicial nesta revista. Autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não-exclusiva da versão do trabalho publicada nesta revista (ex.: publicar em repositório institucional ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista. O conteúdo apresentado no texto é original e inédito, não tendo sido publicado (em sua totalidade) em outro periódico. Caso alguma parte do texto submetido tenha sido apresentada em evento científico e/ou publicada em anais, deve-se informar na carta ao editor o evento, a publicação e o modo como o artigo apresentado amplia e desenvolve o que já foi apresentado anteriormente.”

Fonte: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/comunicacoes/about/submissions#copyrightNotice>. Acesso em: 14 set. 2018.

REFERÊNCIA

NEVES, Bárbara Coelho; FREIRE, Isa Maria; SUAIDEN, Emir José. Conscientização da metamorfose: diálogo entre os conceitos de inclusão e integração no contexto da inclusão sociodigital.

Comunicações, Piracicaba, v. 25, n. 2, p. 3-27, maio/ago. 2018. Disponível em:

<[https://www.metodista.br/revistas/revistas-](https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/comunicacoes/article/view/3333/2167)

[unimep/index.php/comunicacoes/article/view/3333/2167](https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/comunicacoes/article/view/3333/2167)>. Acesso em: 14 set. 2018. doi:

<http://dx.doi.org/10.15600/2238-121X/comunicacoes.v25n2p3-27>.

CONSCIENTIZAÇÃO DA METAMORFOSE: DIÁLOGO ENTRE OS CONCEITOS DE *INCLUSÃO* E *INTEGRAÇÃO* NO CONTEXTO DA *INCLUSÃO SOCIODIGITAL*

*METAMORPHOSIS CONSCIENTIZATION: A DIALOGUE
BETWEEN THE CONCEPTS OF INCLUSION AND INTEGRATION
IN THE CONTEXT OF SOCIODIGITAL INCLUSION*

*CONSCIENTIZACIÓN DE LA METAMORFOSIS: DIÁLOGO ENTRE
LOS CONCEPTOS DE INCLUSIÓN Y INTEGRACIÓN EN EL CON-
TEXTO DE LA INCLUSIÓN SOCIODIGITAL*

BARBARA COELHO NEVES^I
ISA MARIA FREIRE^{II}
EMIR SUAIDEN^{III}

RESUMO Analisa aspectos da *inclusão social* e suas implicações para a reflexão sobre uma *conscientização* a respeito da *inclusão digital*. Observa, por um lado, o par dialético *inclusão/exclusão social*, e, por outro, o conceito de *integração*. Desenvolve a observação a partir da conscientização de aspectos contemporâneos da realidade sociodigital brasileira, inicialmente considerando o termo *inclusão social*, sinalizando o discurso que emerge do lugar do incluído/excluído e como este se reflete no diálogo acerca da *inclusão digital*. Discute o termo *inclusão digital* à luz do conceito de *integração*, refletido a partir de zonas de vulnerabilidade social. Utilizou o método indiciário para realizar uma pesquisa bibliográfica e documental do quadro teórico e empírico para produção de uma revisão da literatura, com associações e interpretações livres sobre os conceitos abordados. Por fim, o texto

^I Universidade Federal da Bahia. Professora do PPGCI-UFBA e do PPGE-UFBA. Líder do Laboratório de Tecnologias Informacionais e Inclusão Sociodigital.

^{II} Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professora do PPGCI-UFPB. Líder do Laboratório de Tecnologias Intelectuais.

^{III} Universidade de Brasília (UNB). Professor Titular e Pesquisador Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT).

fornece uma reflexão das contribuições desses conceitos para a inclusão digital, problematizando a partir da compreensão de “metamorfose” de Franz Kafka como um movimento social e histórico, alertando a necessidade de análise das abordagens capitalistas para se vislumbrar a “metamorfose da borboleta” como um movimento contínuo e emancipatório.

PALAVRAS-CHAVE: INCLUSÃO DIGITAL; INCLUSÃO SOCIAL; INTEGRAÇÃO SOCIAL; METAMORFOSE SOCIAL; CONSCIENTIZAÇÃO SOCIAL.

Abstract It analyzes aspects of social inclusion and its implications for reflection on an awareness of digital inclusion. It observes, on the one hand, the dialectical pair of social inclusion/exclusion, and, on the other hand, the concept of integration. Develops observation from the awareness of contemporary aspects of Brazilian reality sociodigital initially analyzing the term social inclusion, signaling the discourse emerging from the place of the included / excluded and how this is reflected in the dialogue on digital inclusion. Discusses the term digital inclusion in light of the concept of integration, reflected from areas of social vulnerability. Used the evidential method to perform a bibliographical and documentary research of the theoretical and empirical framework for the production of a literature review, with free association and interpretation of the concepts discussed.

KEY-WORDS: DIGITAL INCLUSION; SOCIAL INCLUSION; SOCIAL INTEGRATION; SOCIAL METAMORPHOSIS; SOCIAL CONSCIENTIZATION.

RESUMEN Analiza aspectos de la inclusión social y sus implicaciones para la reflexión sobre una concientización acerca de la inclusión digital. Observa, por un lado, el par dialéctico inclusión / exclusión social, y, por otro, el concepto de integración. Desarrolla la observación de la conciencia de los aspectos contemporáneos de la realidad brasileña sociodigital al analizar inicialmente la inclusión social a largo plazo, señalando el discurso emergente desde el lugar de los incluidos/excluidos y cómo esto se refleja en el diálogo sobre la inclusión digital. Discute el término inclusión digital a la luz del concepto de integración, reflejado a partir de zonas de vulnerabilidad social. Se utiliza el método de evidencia para realizar una investigación bibliográfica y documental del marco teórico y empírico para la producción de una revisión de la literatura, con asociaciones e interpretaciones de los conceptos discutidos libres.

PALABRAS CLAVE: INCLUSIÓN DIGITAL; INCLUSIÓN SOCIAL; INTEGRACIÓN SOCIAL; METAMORFOSIS SOCIAL; CONSCIENTIZACIÓN SOCIAL.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo relata uma reflexão sobre a relação entre os conceitos de *inclusão* e *integração*. O desejo de escrevê-lo nasceu da necessidade de problematizar os aspectos provenientes desses conceitos na perspectiva da inclusão digital, e da problematização nasceu o diálogo relatado. O problema que suscitou o início deste diálogo fundamenta-se na importância da *conscientização*, utilizado no presente texto a partir de leituras de Paulo Freire (2011). Para esse autor, *conscientização* consiste no desenvolvimento crítico da tomada de consciência acerca da metamorfose social contemporânea.

A expressão *metamorfose* aqui referida diz respeito a transformações sociais, sendo tal expressão norteadora da linha de compreensão da antinomia dos termos inclusão/exclusão, integração/desfiliação, assim como do relacionamento que esses termos apresentam na sociedade. Entende-se que a metamorfose capta os fenômenos sociais.

Desse modo, a reflexão aqui apresentada tem o intuito de se somar a outros textos, no campo da cibercultura, com abordagens voltadas para a dialética, observando as relações entre os conceitos *inclusão*, *integração* e *inclusão digital*.

Como principal conclusão, o artigo sugere que o entendimento de *inclusão* depende dos sujeitos que estão à frente dos meios de produção e das relações sociais. Com isso, chama-se a atenção para a necessidade de conscientização desses sujeitos quanto aos aspectos conceituais que sustentam o termo *inclusão digital*, visando evitar a simples aparência¹ em torno do assunto.

Trata-se de um texto desenvolvido a partir de uma proposta teórica, com associações e interpretações livres, a partir dos conceitos abordados. Portanto, este texto se desenvolve como uma construção conceitual elaborada a partir de reflexões fundamentadas em uma teoria. Nosso objetivo é realçar a expressão *conscientização da metamorfose social* por meio de sua interlocução com o termo *inclusão digital*. Para tanto, procurou-se especificamente:

- a) problematizar os conceitos conscientização, metamorfose social e inclusão digital;
- b) analisar os pares dialéticos: exclusão/inclusão social e integração/desfiliação;
- c) refletir sobre os conceitos de inclusão e integração como fundamento para o termo inclusão digital.

A abordagem tem enfoque qualitativo, procurando um alcance explicativo com metodologia embasada em critérios de pesquisa bibliográfica. De acordo com Hernández Sampieri, Fernández Collado e Baptista Lucio (2013), esse tipo de estudo possui alcance explicativo, tendo como etapa do processo de pesquisa a revisão de literatura. Seu principal interesse “é explicar porque um fenômeno ocorre e em quais condições ele se manifesta, ou porque duas ou mais variáveis estão relacionadas” (HENÁNDEZ SAMPIERI; FERNÁNDEZ COLLADO; BAPTISTA LUCIO, 2013, p. 107).

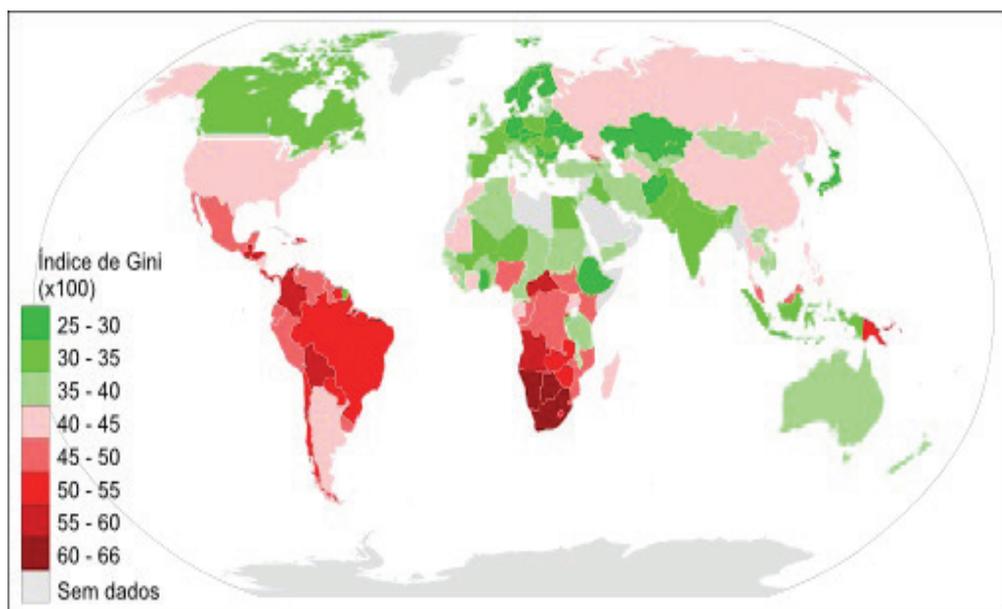
As categorias exploradas no universo da inclusão digital foram: conscientização, metamorfose social, inclusão social e integração social. Esses conceitos são referenciados a partir da literatura científica da Educação, Ciência da Informação e Sociologia, principalmente, na perspectiva do cientista social francês Robert Castel (1998). O recorte geográfico, sem dúvida, foi sustentado na experiência brasileira com respeito à inclusão/exclusão digital.

¹ Numa perspectiva dialética, *aparência* trata do que se mostra imediatamente. A *aparência* envolve a *essência*. Quando o enfoque se direciona à *aparência*, nos afastamos do principal, a *essência*.

2. A CONSCIENTIZAÇÃO DA METAMORFOSE A PARTIR DA REALIDADE SOCIAL

Os países em desenvolvimento lidam com as questões de desigualdade social. Essa desigualdade é respaldada na discussão da exclusão social. Desse modo, não é surpresa os últimos resultados do GINI² divulgados pela Organização das Nações Unidas (ONU), onde o Brasil saltou da posição de 0,48, em 2003, para 0,59, em 2011, com relação à concentração de renda. Os dados mais atuais do GINI (2009-2013), fornecidos pelo Banco Mundial, demonstram que o Brasil mantém uma concentração em 0,55. Segundo Pena (2016), entre os 127 países analisados, o Brasil encontra-se na incômoda 120ª posição, conforme dados do Banco Mundial demonstrados no gráfico a seguir.

Figura 1 – Mapa-múndi regionalizado com base no Índice de Gini 2016



Fonte: Pena (2016).

O GINI é a principal forma de demonstrar um dos fenômenos sociais mais perturbadores da atualidade: a desigualdade social que historicamente tem se aprofundado no âmbito da sociedade, por meio da concentração de renda nos países em desenvolvimento. Tal desigualdade é representada no contexto geral das estatísticas nacionais.

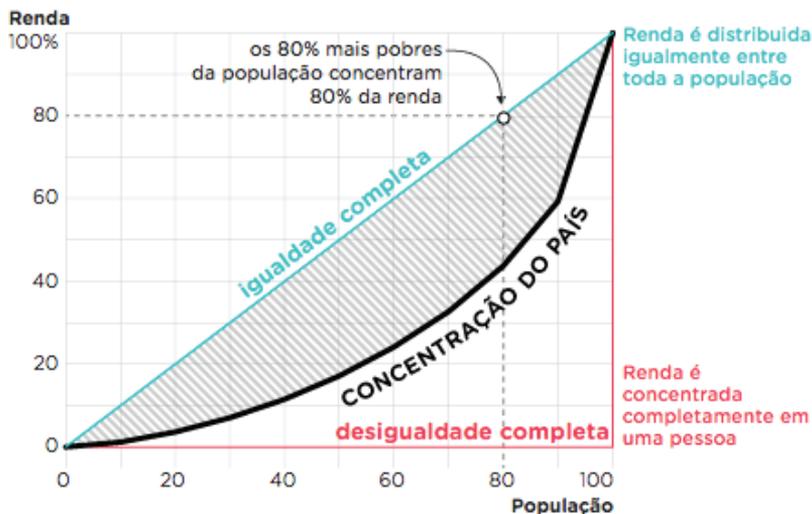
O GINI é uma representação estatística desenvolvida com base em dados econômicos sendo um índice pouco divulgado na grande mídia. Trata-se de uma escala clara, indicando que quanto mais próximo de (0) tanto mais o país está distribuindo renda, enquanto os mais próximos de (1) representam concentração de renda. O número atribuído ao GINI brasi-

² Trata-se de um número entre 0 e 1, sendo que esse índice é igual a 0 quando a distribuição é perfeita e mais próximo de 1 quando há maior concentração de renda.

leiro demonstra que o Brasil, atualmente, concentra mais renda do que em 2003, mesmo com os programas governamentais de transferência de renda implementados nos últimos 15 anos. A seguir, a Figura 2 demonstra como ler o gráfico de GINI a partir dos dados brasileiros mais recentes.

Figura 2

Como ler os gráficos

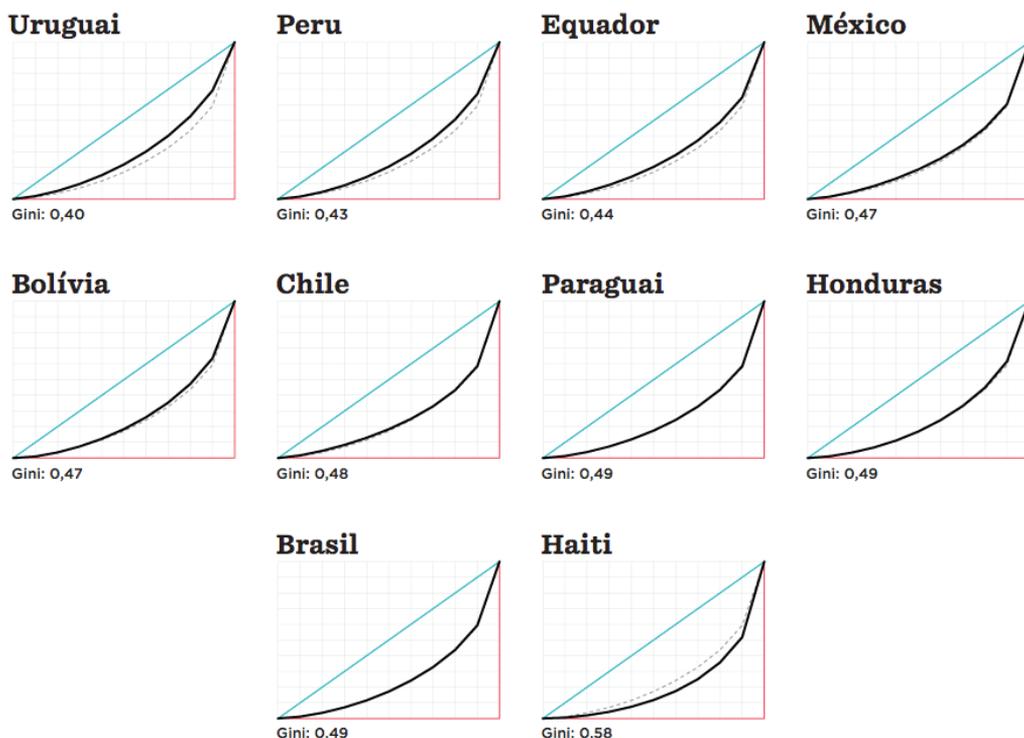


Fonte: Nexus Journal (2018).

Por sua vez, os dados do PIB brasileiro de 2012 a 2014, nas estatísticas do Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e Nações Unidas, demonstram o Brasil, que se apresenta como a 7ª maior economia no cenário mundial, exibindo crescimento econômico e indicando que o país ficou mais rico. Contudo, nas previsões para 2017, percebe-se um encolhimento de 3,8% no PIB. Esses dados e a estimativa reposicionaram o Brasil para a 9ª posição no *ranking* das economias mundiais, embora permaneça entre as dez maiores.

Essa riqueza é representada por uma parcela mínima da população que, nos índices gerais, ganha proporção, demonstrando o fenômeno social da concentração de riqueza. Paralelamente ao contexto dessa concentração, identificamos a ideia de democratização da educação, indicando que há mais indivíduos matriculados nas escolas, em todas as faixas etárias, de onde se deduzir que o acesso à informação é maior. Em 2017, o Brasil apresentou o seguinte GINI, intensificando ainda mais sua curva de desigualdade no coeficiente, conforme pode ser visualizado na Figura 3.

Figura 3 – Desigualdade no Brasil e em alguns países.



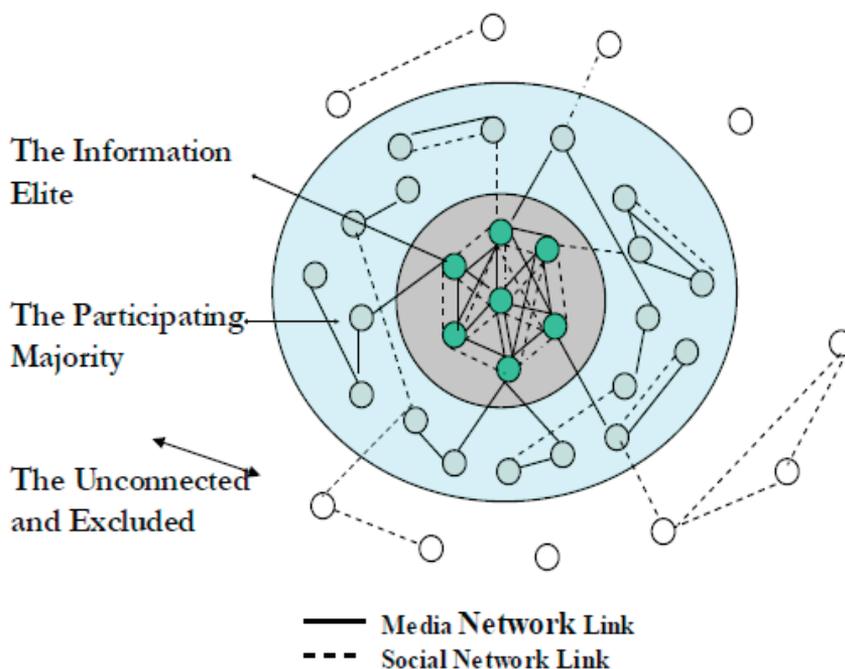
Fonte: Nexus Journal (2018), com dados UN-WIDER (United Nations University), Banco Mundial, Eurostat e CEPAL.

As desigualdades problematizadas neste texto — que circulam como objeto e teorização no campo da Sociologia — de acordo com Guimarães (2011), não são aquelas construídas por diferenças individuais ou que se restringem à distribuição passageira de recursos e de bens materiais, ou subjetivos. Ao contrário, são aquelas que estão inscritas em determinada estrutura, ordem ou organização social, reproduzindo-se de modo duradouro, como aponta Bourdieu (2003) por meio do conceito de *habitus*.

Ainda que também os pobres, aos poucos e muito devagar, passem a incluir-se no contexto da inclusão digital, esse acesso é da ordem do “trickle down” (a conta-gotas), ou seja, da ordem dos resíduos. A lógica do mercado, por uma parte, barateia o processo produtivo de artefatos digitais, o que certamente facilita a vida dos marginalizados. Mas a mesma lógica reserva as melhores chances para os que já a têm.

Na figura a seguir, Dijk (2012) apresenta a sociedade tripartite, conforme ele a caracteriza e alerta que a mesma deve ser evitada. Esse autor indica que essas separações estimuladas, principalmente, por concentrações de informação e conhecimento levam a mais exclusões na sociedade. Na imagem (Figura 4), é possível perceber a concentração da elite informacional no centro, a maioria que participa na grande zona de intermediação onde alguns têm contato com o núcleo, e na área externa os desconectados e excluídos. A rede apresentada na figura a seguir demonstra uma rede distribuída, com potencial para conexões todos-com-todos, dependendo dos níveis e estímulos.

Figura 4 – A sociedade em rede tripartite



Fonte: Jan van Dijk (2012).

Concentração e democratização são princípios contraditórios do social que nos levam a refletir sobre o entendimento semântico do termo *exclusão* e seu par dialético, *inclusão* (CASTEL, 1998); por exemplo, o que se compreende como *exclusão social*, ou seja, se está incluído ou excluído, integrado ou separado em relação a quê?

3. PROBLEMATIZAÇÃO DOS CONCEITOS: CONSCIENTIZAÇÃO E METAMORFOSE SOCIAL

Determinar a exclusão ou não depende da classe social que o autor do discurso está se referindo. Associado a isso é ainda necessário colocar tal situação ao que Castel (1998) pontuou de “dialética do mesmo e do diferente”, onde pode ser considerada a conscientização das transformações do modelo capitalista e suas metamorfoses ao longo de sua vigência. Desse modo, acredita-se relevante observar alguns aspectos que envolvem os conceitos de conscientização e metamorfose social.

3.1 A conscientização

Quando se observa o aspecto “segregação”, considerando o contexto mais contemporâneo, e partindo das relações laborais, é possível perceber que um dos elementos mais marcantes está na tecnização dos agentes e atores sociais. Essa tecnização é cada vez mais

imbuída em inovações, na alta tecnologia e nas tecnologias de informação e comunicação (TIC), exclusivamente, voltadas para a acumulação de bens e exacerbada lucratividade para um concentrado e reduzido número de países, organizações e pessoas. É nesse contexto que a inclusão social tem se configurado como um dos “remédios” para tal “metamorfose”.

O crescimento econômico ao mesmo tempo em que garante a manutenção da prosperidade do “local”, concorre, também, para a importação de padrões culturais do “global”, mediados não somente pelos meios de comunicação de massa, como também pela indústria cultural local (FREIRE, 2006).

Na atualidade, os esforços dos países em desenvolvimento para a promoção da inclusão digital enfrentam a barreira da coexistência com o subdesenvolvimento econômico e acentuada desigualdade social. Para esses países, outras formas de desigualdade já existentes seriam aprofundadas por uma nova forma de exclusão materializada em um novo termo denominado de exclusão digital. Esse termo estaria ainda mais ligado à noção de exclusão pautada no que alguns autores (RIBEIRO, 1999; GARCEZ, 2007; CAZELOTO, 2008) têm chamado de “nova questão social”, que, no entendimento deste texto, trata-se da pobreza historicamente conhecida incrementada pelas novas formas de acumulação de capital.

Desse modo, o acesso ao computador e à internet pode promover um diferencial social. Potencializando ao cidadão conhecer a realidade de outras comunidades, acompanhar as novidades e acontecimentos no mundo, interagir com pessoas geograficamente distantes, além da liberdade de cada um buscar seu crescimento intelectual por meio de estudos, capacitação profissional e compartilhamento de informações (SANTOS; CARDOSO, 2009).

Diante desse contexto, entende-se relevante a problematização sobre a fundamentação, abordagem e direcionamento político do termo inclusão digital. Destaca-se o seguinte trecho do artigo de Oliveira e Carvalho (2007, p. 221, grifos dos autores):

A consciência humana se define pela sua intencionalidade; é sempre consciência de alguma coisa. É sempre ativa, tem sempre um objeto diante de si, funda o ato do conhecimento, que não deve reduzir-se a uma *doxa* da realidade, mas deve aprofundar-se para chegar ao *logos*, à razão do objeto a ser conhecido, o que só é possível quando os homens se unem para responder aos desafios que o mundo lhes propõe.

Trazendo para a perspectiva deste estudo, buscou-se essa conscientização. Pois, a problematização de conceitos visa evitar a *doxa* que é a crença comum (aparência) sobre algo. A conscientização é possível quando se pretende uma aproximação do objeto ou compreensão de um fenômeno ou movimento.

A realidade do objeto se mostra à medida que se conhecem suas facetas e movimento. Por isso, o conhecimento se desenvolve de maneira coletiva. Como diz Kosik (1976), a *coisa em si* não se manifesta imediatamente ao homem. Desse modo, a consciência humana intencional potencializa a destruição do mundo da pseudoconcreticidade. Aspecto que se pretende com a problematização de importantes conceitos que sustentam a conscientização coletiva sobre o termo inclusão digital. Para Oliveira e Carvalho (2007, p. 221), a “[...] consciência intencional provoca uma aproximação reflexiva à realidade”.

Vale chamar atenção que muitos dos aspectos sobre consciência, tratados no artigo de Oliveira e Carvalho (2007), aparecem na *Introdução crítica ao humanismo dialógico de Paulo Freire*, publicado em 2008. Nesse texto, Bauer (2008) corrobora que a consciência é uma *práxis* da ação. Ele dirá que, para Paulo Freire, a consciência pressupõe um caráter extremamente particular, “[...] no qual a *conscientização* nada mais é do que conhecer que no próprio ato de conhecer o mundo, o homem conhece a si próprio e, assim, pode transformá-lo, projetando a *conscientização* como *práxis* e a perspectiva de que, em última instância, consciência é ação” (BAUER, 2008, p. 55, grifos dos autores).

Como Freire (2011) apresenta seu pensamento em uma perspectiva dialética, é possível perceber que essa consciência é uma função social. Para Cheptulin (2004), a consciência é uma atividade psíquica dos animais superiores e que, embora condicionada ao desenvolvimento nervoso, é ao mesmo tempo fruto do trabalho humano, resultado da interatividade social.

A essa altura da argumentação, percebe-se que mesmo estando em países pobres, cidadãos privilegiados, com maior poder aquisitivo, teriam tanto acesso à internet e outros aparelhos culturais, e poderiam ser tão ou melhores informados, quanto os usuários ricos dos países desenvolvidos, enquanto muitos grupos [enquanto massas] permanecem apartados desse direito social.

Com isso, questiona-se em que base teórica as políticas, os programas, os projetos e as ações de inclusão digital estão fundamentadas? Parece mais pertinente refletir a partir de um entendimento dual de incluídos/excluídos? E ainda, e se for possível perceber que não há excluídos nas sociedades, sejam eles sociais, digitais etc.? Convém esclarecer que não é o objetivo deste artigo responder essas questões de forma direta, entretanto elas foram norteadoras deste texto.

3.2 A metamorfose social

O Brasil tem aumentado paulatinamente seus percentuais com relação ao acesso ao computador e à internet.³ Contudo, tal acesso se dá de forma desigual, e isso em se tratando da modalidade mais básica que compreende a inclusão digital. Essa modalidade implica no modelo de acesso fundamentado em equipamentos (computadores e conectividade).

Quando se observa esse movimento a partir de outros indicadores, a exemplo da inserção das TIC na educação básica e fundamental, obtém-se um movimento ainda mais contraditório e com tendências à concentração. Uma vez que os professores têm enfrentado dificuldades em lidar com as tecnologias no contexto educacional frente aos alunos que possuem acesso. Sendo ainda mais problematizante à associação do processo formativo e apropriação desses aspectos com as TIC.

Diante desse contexto de desigualdade e concentrações de poder e renda, pretende-se analisar o termo inclusão digital à luz dos conceitos de inclusão social e integração. Ambos os conceitos – seja na perspectiva do colocar para dentro ou de fazer pertencer – são abordados na sociedade para designar a necessidade de se pensar a estrutura social diante da atual conjuntura econômica.

³ Dados do CETIC.br de 2014 mostram um acréscimo de mais de 20% com relação a 2002.

Ao analisar os conceitos e propiciar a discussão, embora galgada na fundamentação dos construtos de inclusão social e integração, não se deixa de problematizar os seus respectivos contrários, sendo muitas vezes relacionados inclusão à exclusão e integração à desfiliação.

Com isso, pretende-se apontar que o tema da inclusão digital, sustentado pelo conceito de inclusão/exclusão social, pode apresentar limitações no contexto contemporâneo.

4. ANÁLISE DO TERMO *INCLUSÃO DIGITAL* A PARTIR DO PAR DIALÉTICO *INCLUSÃO/EXCLUSÃO SOCIAL*

A sociologia contemporânea, no âmbito mundial, sobretudo as referências de origem francesa, a exemplo de Castel (1998), tem conferido, ao conceito de exclusão, características ligadas às mudanças provenientes do mundo do trabalho e ao fenômeno do empobrecimento de vastas parcelas da população global. No Brasil, o conceito também está relacionado ao desemprego, adicionado a outros aspectos como o impacto da economia mundial na realidade nacional, características discriminatórias a pobres e negros, e ampliação de subempregos.

Charles Tilly (1998 *apud* GUIMARÃES, 2011) chamou de *desigualdades duradouras* os pares de categorias binárias de oposição. De acordo com o autor, esses pares são sustentados por mecanismos de reprodução, como a exploração, as barreiras de controle, a emulação e a adaptação. Guimarães (2011) cita como exemplos alguns pares de categoriais que sustentam as desigualdades que se reproduzem a partir dos mecanismos ora citados, são os pares: negro/branco, mulher/homem, cristãos/judeus, nacional/estrangeiro, entre outros. Neste texto, destacam-se os pares inclusão/exclusão.

Desse modo, os pares dialéticos, inclusão *x* exclusão, no âmbito do entendimento de sua terminologia, são um conceito que toma visibilidade, na sociedade atual, graças ao aumento da pobreza, proveniente das novas relações trabalhistas e desemprego. Essa situação gera outro fenômeno que se trata do temor de ser excluído, como situa Ribeiro (1999, p. 41 e 42):

[...] o sentido, a imagem e realidade dos excluídos mostram contingentes humanos colocados ao lado de fora de uma sociedade cujos mecanismos de impermeabilização de suas fronteiras não permitem o retorno ou a possibilidade de estabelecer relações com os que estão dentro, os incluídos, estes aterrorizados diante da ameaça constante de serem os próximos a ficarem do lado de fora.

De acordo com a discussão realizada por Ribeiro (1999), o medo de estar fora do modelo hegemônico é uma constante e no nosso entendimento, na formatação da sociedade atual, tem funcionado como combustível para competição por postos de trabalho. Essa perspectiva coloca, diretamente, nas mãos dos indivíduos a responsabilidade pela educação, cultura e empregabilidade.

Embora, hoje, as discussões da inclusão digital circulem em torno das questões exclusivas à empregabilidade dos sujeitos, percebe-se que foi na problemática do consumo, de bens e serviços, que surgiram, no Brasil, os debates pioneiros sobre a temática.

5. INCLUIR É O DISCURSO DO INCLUÍDO

Com base nas análises em torno da inclusão digital, observa-se uma forte vertente metodológica que entende a inclusão como passagem de um estado ou de uma situação para outra. Ou seja, a inserção do “outro” em uma condição proposta por um discurso que preza um contexto da situação, hegemônico e homogêneo.

Os pontos contraditórios, dessa linha de pensamento, são a intencionalidade das ações de inclusão digital e os seus resultados. Pois, embora a intenção de “incluir” preze pelo objetivo de que o maior número de pessoas tenha acesso à educação, às TIC, à infraestrutura etc., as propostas de inserção anseiam por resultados que indiquem uma homogeneidade quantitativa.

Trata-se de um discurso embasado em uma inclusão do tipo controle; proposta por sujeitos que se consideram incluídos e que precisam, de tempos em tempos, controlar os que estão “dentro”, proporcionando o acesso àqueles sujeitos que estão “fora”. Esses indivíduos entendidos como excluídos, na maioria das vezes, se manifestam por meio da violência, delinquência, manifestações ou microrrevoluções, pressionando o sistema, logo precisam de alguma forma de controle.

Nessa perspectiva, observa-se que pensar em colocar “dentro” aquele que está fora representa uma preocupação, por parte daqueles que se compreendem incluídos, em certo contexto. Como critica Buzato (2007, p. 24), os que falam de inclusão, o dizem, na sua maioria, do lugar de incluídos “[...] isto é, fala como alguém que se entende como pertencente a um contexto estável e homogêneo”. Percebe-se que a ideia de estar dentro ou fora, ou seja, de inclusão dual, provoca margem a expectativas que visam resultados imediatistas com referência à inclusão. Desse modo, o autor vai criticar essa perspectiva, indicando que neste sentido:

Inclusão é, portanto, uma palavra que muito facilmente desliza para o sentido de hegemonia, isto é, *para um processo de subordinação* de significados, valores e crenças de certos grupos aos de uma classe superior (neste caso, uma elite “global”), por meio da direção e do consenso. Inclusão digital, por conseguinte, denotaria uma faceta desse processo relacionada às tecnologias que são fundamentais para a manutenção e ampliação dessa hegemonia (BUZATO, 2007, p. 24, grifos dos autores).

A maneira como Buzato (2007) critica a inclusão social dual converge com o que se vislumbra neste texto com relação à inclusão digital. Pois, a inclusão digital quando fundamentada, nesse par dialético, coincide que suas ações terminam por supervalorizar a proposta de informatização da sociedade, separando-a das relações sociais, como se destacasse parte desse movimento social. O outro lado dessa mesma moeda é analisado por Ribeiro (1999), quando observa a exclusão como categoria.

A categoria exclusão, nesse caso, não somente perde a perspectiva da relação e do movimento, como também designa aos excluídos um papel de meros objetos, seres amorfos que aceitam a inexorabilidade de sua exclusão, ofuscando,

desse modo, a sua atuação enquanto sujeitos que pressionam, que reivindicam e que, principalmente, constroem novas formas de relação entre si, com a natureza e com a produção (RIBEIRO, 1999, p. 44).

A inclusão digital, quando ancorada nesse conceito de exclusão, torna-se fundamentalmente frágil, pois, implica o consentimento do modelo vigente que exclui os indivíduos, como concorda Ribeiro (1999, p. 43): “[...] a luta pela inclusão é também uma luta para manter a sociedade que produz a exclusão”.

5.1 Inclusão digital fundamentada na dicotomia inclusão/exclusão

As transformações constantes na sociedade, muitas delas, impulsionadas pelas tecnologias avançadas de informação e comunicação (TAIC), conduzem o sujeito a se enxergar em uma situação de exclusão como a vivenciada pelo metamorfo descrito por Kafka. Nesse contexto, analisando a inclusão digital, com crítica a partir das referências capitalistas, Cazeloto acrescenta que a:

[...] ideia dominante de inclusão digital como forma de justiça social, por exemplo, é uma justaposição mecânica que, seduzida por um discurso igualitário, desconsidera os fatores contextuais nos quais se dá esta inclusão. Nos discursos e práticas de inclusão digital, o acesso às máquinas informáticas é tomado como sinônimo de ascensão social ou de participação sociopolítica efetiva (CAZELOTO, 2008, p. 197).

De acordo com um estudo originário da Universidade Federal da Bahia (NEVES, 2017), os modelos de acesso mais comuns, ancorados em disponibilização de equipamentos e conectividade, parecem prevalecer na maioria das iniciativas. Porém, o modelo de acesso fundamentado em letramento, mais avançado, trata-se de uma inovação absolutamente necessária para favorecer as transformações sociais que os telecentros, pesquisados neste estudo, almejam com relação à inclusão social. De acordo com Warschauer (2006), os modelos de acesso compreendem: a) computadores, b) conectividade e c) letramento.

Este estudo mapeou e analisou as dez cidades no Estado da Bahia com maior grau de inclusão digital, segundo o Mapa da Inclusão Digital da Fundação Getúlio Vargas desenvolvido em 2011. As práticas observadas nesses programas e seus respectivos pontos de inclusão digital (PID) foram objetos de análise nesta pesquisa, sendo possível perceber que a maioria das propostas de inclusão digital intenciona uma informatização generalizada sem se preocupar com a recuperação e produção de conteúdos ou qualquer formação para os envolvidos nesses projetos (NEVES, 2017).

Os modelos de acesso referidos são três: os mais básicos a) modelo ancorado em equipamentos; b) modelo fundamentado em conectividade; e o mais avançado o c) modelo de acesso alicerçado em letramento. O entendimento dos modelos de acesso para os estudos de inclusão digital é importante por apontarem que, além da demanda pela ampliação de infraestrutura, existem outros aspectos relevantes no processo de inclusão, a exemplo do letramento digital. Esses aspectos estão ligados diretamente à educação dos sujeitos com a

tecnologia. Nesses modelos, geralmente, os pontos que tratam de treinamento, formações, capacidade intelectual e aprendizagem, criando significado para a vida, aparecem nos níveis mais superiores, mais à frente da disponibilidade de infraestrutura e equipamentos. Em se tratando de inclusão digital, a orientação é uma variável relevante do recurso humano e principal eixo no modelo de acesso, baseado em letramento.

No PID, assim como em qualquer ambiente de aprendizado, a presença de um sujeito mais experiente, que possa orientar a efetuar atividades na Internet e no computador, é fundamental para o desenvolvimento das práticas, conferindo um maior potencial de contribuição para inclusão digital. Esta foi uma questão que apontou para a necessidade que os usuários constatarem e apresentaram durante a realização deste estudo.

Figura 5

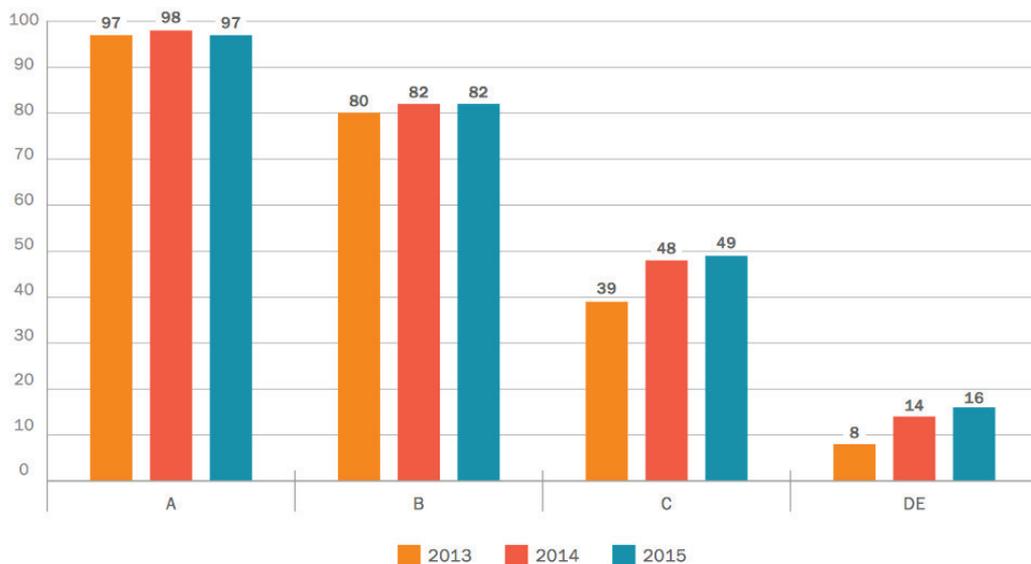
Distribuição percentual das avaliações dos usuários quanto à qualidade do processo de orientação nos PID																
Existência e qualidade da orientação (mediação)	Salvador		Lauro de Freitas		Itabuna		Alagoínhas		Feira de Santana		Mucuri		Santo A. Jesus		Total geral	
	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%
Existência de orientação por parte dos monitores (mediadores) nos PID																
Sim	18	78,3%	16	84,2%	29	87,9%	5	71,4%	4	80,0%	16	88,9%	15	78,9%	103	83,1%
Não	5	21,7%	3	15,8%	4	12,1%	2	28,6%	1	20,0%	2	11,1%	4	21,1%	21	16,9%
Totais parciais	23	100,0%	19	100,0%	33	100,0%	7	100,0%	5	100,0%	18	100,0%	19	100,0%	124	100,0%
Qualidade da mediação (Recurso Humano)																
Bastante satisfatória	5	21,7%	9	47,4%	12	36,4%	0	---	1	20,0%	4	22,2%	8	42,1%	39	31,7%
Satisfatória	11	47,8%	10	52,6%	3	3,0%	3	42,9%	0	---	6	33,3%	3	15,8%	36	29,3%
Pouco satisfatória	6	26,1%	0	---	13	51,5%	3	42,9%	3	60,0%	7	38,9%	6	31,6%	38	31,0%
Insatisfatória	1	4,3%	0	---	5	9,1%	1	14,3%	1	20,0%	1	5,6%	2	10,5%	11	8,0%
Totais parciais	23	100,0%	19	100,0%	33	100,0%	7	100,0%	5	100,0%	18	100,0%	19	100,0%	124	100,0%

Fonte: Neves (2017).

Também é possível perceber-se a associação do conceito de inclusão digital à informatização da sociedade, quando observamos as políticas públicas de informação desenvolvidas no País (JARDIM; SILVA; NHARRELUGA, 2009; NEVES, 2017). De acordo com os autores, uma política pública não é apenas um conjunto de decisões, pois é concebida, formulada e implementada a partir de atores sociais diversos que se relacionam e se influenciam, mutuamente, em um ambiente de conflitos e coalizões. Nesse contexto, considerando que a partir do Programa Sociedade da Informação no Brasil, a infraestrutura tenha, em parte, sido contornada pela informatização massiva, o lado integrativo dessa ação se encontra débil no que tange à participação de todas as esferas da sociedade, conforme demonstram os últimos dados da pesquisa sobre internet em domicílios publicada, em 2016, pelo Comitê Gestor da Internet.

Figura 6

PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS COM ACESSO À INTERNET, POR CLASSE SOCIAL (2013 - 2015)
Total de domicílios (%)



Fonte: TIC Domicílios (CGI.br, 2016).

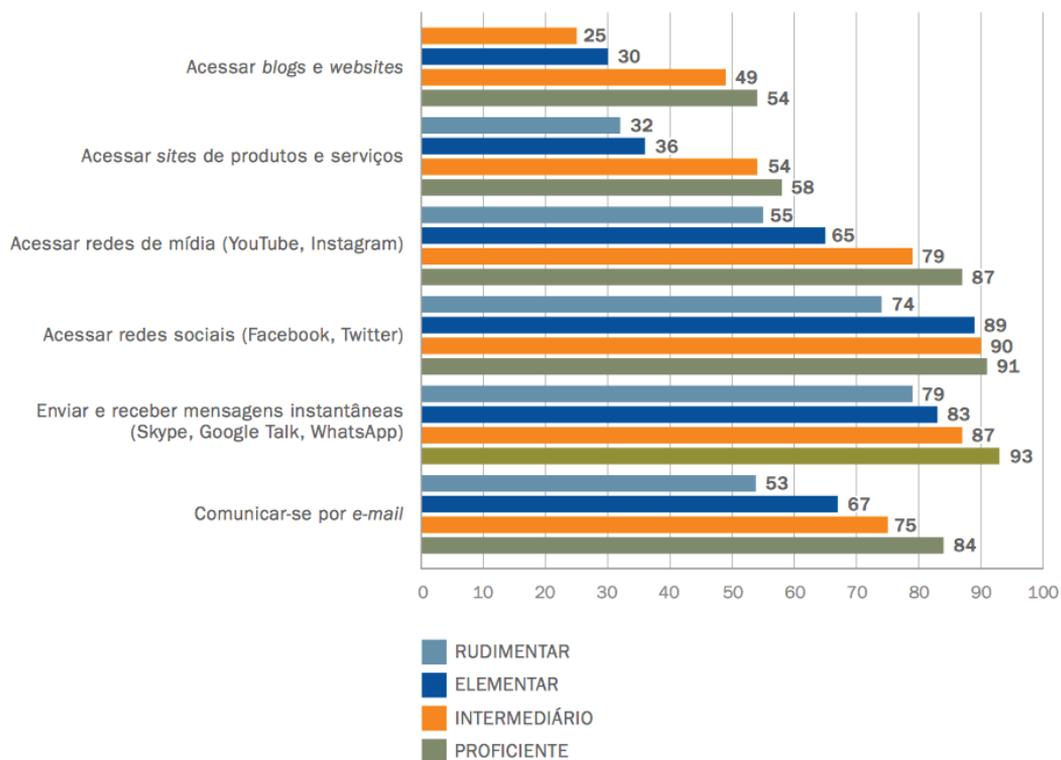
Como é possível confirmar na Figura 6, a proporção de domicílio da classe A é maior que a soma das classes C, D e E. Outro aspecto que também chama a atenção é o que as pessoas fazem quando estão na rede, por nível de alfabetização (Figura 7).

Ao observar as Figuras 6 e 7, é possível perceber certo atraso tanto nos aspectos que norteiam os modelos de acesso mais básicos (computadores e conectividade) quanto nas questões ligadas ao letramento digital que indica o grau de amadurecimento e de desenvolvimento das ações e dos recursos utilizados pelos sujeitos na Internet.

“E em nosso entendimento a estrutura é fundamental porque sem ela a conexão não existe”,⁴ esse tem sido o discurso da principal ação de inclusão digital do governo federal, no âmbito do programa de Cidades Digitais, ligado ao Plano Nacional de Banda Larga (PNBL). Entendemos que, embora importante, a infraestrutura é um elemento básico quando se trata de inclusão digital. Com relação à qualidade da banda larga, pode-se observar uma diferença entre as cinco regiões do Brasil, conforme o gráfico 1.

⁴ Parte do Debate ocorrido em 5 de dezembro de 2011 na plenária *Cidades Digitais*, gravado a partir de transmissão ao vivo pela Web.

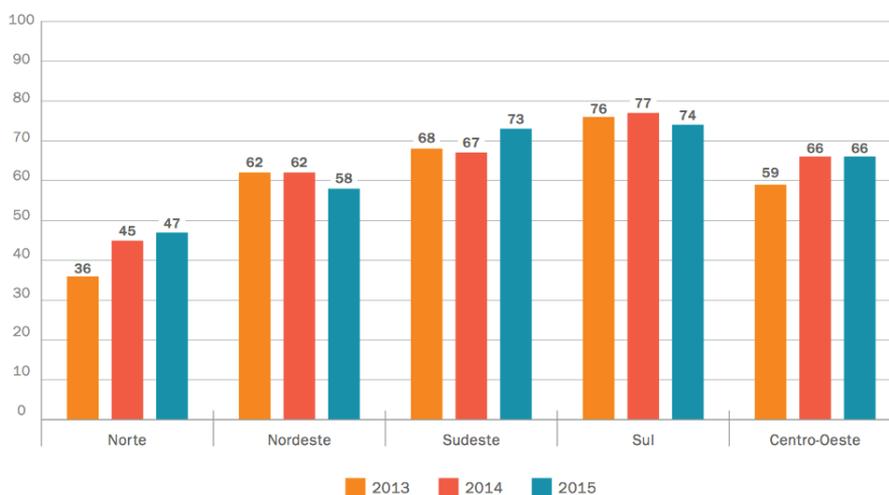
FIGURA 7 – ATIVIDADES REALIZADAS PELA INTERNET NOS ÚLTIMOS TRÊS MESES POR NÍVEL DE ALFABETISMO (%) (2015)



Fonte: Ação Educativa.

Gráfico 1

PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS COM ACESSO À INTERNET VIA BANDA LARGA FIXA, POR REGIÃO (2013 - 2015)
Total de domicílios com acesso à internet (%)



Fonte: TIC Domicílios (cgi.br).

Esse contexto “inclusivo” termina por promover o oposto da proposta de inclusão que vigora no discurso desses programas. Nessa perspectiva de inclusão dentro/fora, o que se verifica é um ciclo contínuo do capitalismo, como considera Cazeloto (2008, p. 70), indicando que os programas “[...] formatam a mão-de-obra de acordo com os parâmetros necessários à sua exploração com baixos custos, possibilitando a expansão de mercados e dos mecanismos de subordinação correntes”. Nesse sentido, faz-se um paralelo do *sujeito* incluído com o célebre personagem do livro *A Metamorfose*. O caixeiro viajante, Sr. Gregor Sansa, personagem criado por Kafka, ao acordar em uma manhã percebe-se metamorfoseado em um inseto; à porta de seu quarto, encontram-se os pais e seu chefe que o fazem lembrar de suas obrigações:

– Senhor Sansa – chamava agora o gerente, erguendo a voz –, o que é que está acontecendo? O senhor se esconde na barricada de seu quarto, responde apenas com sins e não, acomete seus pais com preocupações desnecessárias e pesadas e deixa de lado – e menciona isso apenas de passagem – suas obrigações na firma de maneira que só posso creditar como inaudita (KAFKA, 2009, p. 27).

Essa passagem do livro ilustra o quanto são impactantes as relações de trabalho, paralelamente, às relações sociais na vida do indivíduo. Na “metamorfose” de Kafka, possivelmente, a transformação pela qual foi submetido o senhor Sansa tem raízes mais profundas do que aquelas que estão presentes na sua imagem de inseto. Adorno, conforme Spinelli (2005), ao analisar a obra de Kafka, considerando as relações de trabalho, nos apresenta a possibilidade de entender que o sujeito que deixa de ter vínculos laborais por conseguinte se distancia dos vínculos sociais gradualmente. “*Preferia que estivesse morto*”, diz Grette ao irmão Gregor, quando percebe sua transformação (KAFKA, 2009, p. 31, grifos dos autores).

Percebe-se que *as relações afetivas* estão mediadas pela necessidade da *vida mercantil*; talvez isso explique o desengano desesperado de Grette (irmã do metamorfoseado) quando vê o caráter inevitável da transformação. Num universo em que o outro somente tem valor quando assume como engrenagem da práxis mercantil, *a paralisia de Gregor é intolerável e deve ser extinta. Enquanto Gregor Samsa sustenta a família e os sonhos desta, ele é essencial*. A partir do momento em que sofre a metamorfose, não podendo mais suprir as necessidades materiais de sua família, torna-se um peso para todos (ADORNO *apud* SPINELLI, 2005, grifos dos autores).

Nesse caso, as relações pessoais e a atividade do trabalho são vínculos que o sujeito depende para manter contato legítimo com a sociedade à qual pertence. A inclusão, nessa perspectiva, está muito enraizada na alienação, subordinação e ao mesmo tempo na posição social, constituindo-se em relações estritamente de bases mercantilistas.

A rapidez das reflexões prévias sobre o conceito de inclusão conduz os programas de inclusão digital a terminar por perpetuar as relações de poder na sociedade, potencializando a consolidação das classes sociais, equilibrando a relação mercadoria/consumo e sua

estrutura de produção. Para Castells (2015 *apud* SANTOS, 2017), o poder está ancorado no controle da informação e da comunicação, seja ele o poder macro do Estado e da mídia, seja o poder micro de organizações, como os movimentos sociais.

A perspectiva de inclusão digital respaldada em característica dual (inclusão/exclusão social) aproxima-se do modelo de inclusão universalista de base assistencialista. Nesse caso, segundo Demo (2002, p. 12), “[...] a assistência não é estratégia de combate à exclusão dentro do capitalismo, porque a inclusão exige muito mais que assistência, sobretudo, inserção laboral e supremacia da cidadania”. Corrobora Castel (1998) que os assistencialismos promovem somente uma discriminação positiva, estando longe do que esse autor entende por integração. Nesse entendimento, parafraseando a consideração de Demo (2002), também a exclusão digital tem o seu charme, tem o seu “quê” de sedução e contribui com uma estrutura maior que preza por manter a normalização dos excedentes das massas de trabalhadores, frente a um capitalismo avançado e bem desenhado, onde a inclusão faz parte de seu mecanismo. Como uma mais-valia relativa que promove uma elevação da produtividade a partir do incremento tecnológico.

De acordo com Duarte (1993) e Freitas (2002), o homem deve apropriar-se daquilo que ele cria e, isso acontece quando desenvolve os meios de sua existência física e humana. Hoje, a tecnologia digital é algo que o homem utiliza em sua ação, mas também recria suas relações, passando a ter funções diversas de sua função natural. Uma função cuja significação é estabelecida pela atividade social.

Outro conceito também relacionado à inclusão social é o de eliminação. Freitas (2002) chamou a atenção para a estagnação dos sujeitos por meio da “eliminação adiada” no ambiente escolar. O autor chamou de eliminação adiada o estado de manutenção que visa manter o indivíduo das classes populares em profissões menos nobres. Os procedimentos desse tipo de inclusão respaldam a tese do autor de que “convencionado a forma piramidal do acesso” *tal inclusão legitima a exclusão, transformando-a de objetiva para subjetiva*. Nessa perspectiva, o sistema capitalista cria “bolsões”, visando sanar as inflamações (revoltas ao modelo) na sociedade. Nesse sentido, a inclusão é o que Freitas (2002) sinalizou em seus estudos sobre a internalização da exclusão como tensões sociais que precisam ser monitoradas e amenizadas pelo sistema, visando evitar o colapso do modelo capitalista. Assim como a educação, analisada pela autora, a inclusão digital, aqui, também tem o papel de amenizar essas tensões.

Concorda-se com Ribeiro (1999) que o estado de exclusão é antigo como a humanidade que o sustenta, referindo-se a processos de segregação que se justificam segundo o crivo de diferentes tipos de motivação. Atualmente, uma das motivações mais comentadas é a digital. Desse modo, a exclusão digital pode ser entendida como “estado” daqueles que não têm acesso às TIC, principalmente, aos recursos tecnológicos, a exemplo de computadores e internet; como também aqueles que têm acesso, mas utilizam com limitações, ou seja, pouca ou quase nada da potencialidade que às TIC podem proporcionar. Como é possível perceber, há níveis de inclusão e mais uma vez faz-se referência a Demo (2002) para dizer que inclusão depende da perspectiva de quem fala, ou seja, da abordagem do discurso.

O entendimento de inclusão digital pode apresentar resultados na sociedade, desde que tenha sido fruto de reflexões com relação à dinâmica capitalista, se posicione como eixo de uma política de inclusão social que apresente um contorno que respeite a heterogeneidade e acreditando no potencial de emancipação digital do sujeito.

Com isso, há necessidade de se repensar a inclusão digital a partir de outra perspectiva, considerando seu movimento fluido na sociedade. Entende-se relevante que as entidades, formuladoras de políticas públicas de informação e inclusão digital, se posicionem com relação à perspectiva teórica que fundamenta o conceito de inclusão digital. Ou seja, é preciso que os programas e projetos tenham conscientização acerca da perspectiva de inclusão social. Pois, há uma série de aspectos que sustentam tais conceitos e que, na maioria das vezes, possibilitarão direcionamentos às suas estratégias e planos de ação.

Assim, é necessário ir para além no emprego das metáforas no contexto da inclusão digital. Indo da metamorfose pautada no poder dos vínculos sociais de Franz para Kafka, em direção da metamorfose da borboleta, representando a liberdade da informação e comunicação que leva à emancipação do sujeito.

A seguir, é apresentada outra via de pensamento. Trata-se do entendimento de “integração” e seu par dialético “desfiliação” para explicar tal movimento social.

6. INCLUSÃO DIGITAL À LUZ DO CONCEITO DE INTEGRAÇÃO: AS RELAÇÕES E OS VÍNCULOS NA SOCIEDADE

Figura 8



Fonte: Anacorfgia de Arruda.

A Figura 8 é emblemática da associação deste artigo com a obra *A metamorfose*.⁵ A relação deste texto com a ideia da metamorfose de Kafka, no entendimento reflexivo reali-

Figura 9



Fonte: PrbakaranThirumalai; Pinterest.

⁵ Entre outros aspectos, a figura cedida pelo cartunista Arruda para esse ensaio ilustra, sutilmente, o conceito de integração na perspectiva do Castel (1998).

zado, foi considerada pertinente por apresentar aspectos que envolvem o trabalho, a família e todos os vínculos que provêm dessas relações (Figura 8). Esses vínculos são fenômenos, que têm como compreensão o entendimento de que o sujeito está sempre associado a determinadas situações e desassociado de outras, convergindo na reflexão de integração social.

Após ser metamorfoseado, o personagem denominado de Gregor Sansa (transformado em inseto), passa a ser escondido, temido, isolado e discriminado, perdendo os laços relacionais com o chefe e seus familiares. Entretanto, mesmo sendo colocado à margem nas relações sociais ele estava presente, até que se executasse sua aniquilação por completo.

A reflexão realizada com relação a esse aspecto é que, em *A Metamorfose*, mesmo na sua circunstância de metamorfoseado e, por conseguinte, excluído de suas relações, outrora cotidianas, ele ainda exercia pressões e transformações no seu microcosmo social. O mesmo se percebe com relação àqueles sujeitos compreendidos como excluídos da sociedade. Essas massas de população postas à margem estão contidas, contudo, mantidas nas camadas mais baixas ou externas do sistema (vide Figura 1), mas com monitoramentos constantes, prevendo que tais presenças se tornem cada vez mais discretas.

Esse é um ponto determinante no conceito de integração social, pois todos os indivíduos estão incluídos na sociedade, no entanto, em perspectivas diferentes. Diante disso, acreditamos que a metamorfose da borboleta começa a fazer sentido.

6.1 *Integração social: história e origem do conceito*

O entendimento do termo *integração* no panorama da língua portuguesa trata de uma ação ou política que visa integrar em um grupo as minorias, sejam estas de origem racial, religiosa, social etc., constituindo um todo quando estas são afiliadas às partes que faltavam. A palavra, que tem origem no latim *integratio*, ganhou visibilidade nas ciências sociais no final da década de 1990, a partir da formulação de Castel (1998). Sua interpretação logo foi internalizada para compreender o fenômeno social. O maior sentido do conceito de integração social está na possibilidade de transitoriedade, se opondo e ao mesmo tempo sobressaindo à perspectiva dialética, por ser um estado em que todas as partes envolvidas estão, simultaneamente, incluídas e excluídas em algo.

Cunhado por Castel (1998) para argumentar sobre as “zonas metafóricas” por onde transitam os sujeitos na sociedade, o conceito de *integração* é sustentado, também, por uma “forte correlação entre o lugar ocupado na divisão social do trabalho e a participação nas redes de sociabilidade e nos sistemas de proteção que cobrem o indivíduo” (CASTEL, 1998, p. 24). Seu inverso é o que ele chamou de *desfiliação*, causada pela ausência das relações sociais provenientes dos elementos-chave que coincidem na integração. Entre a *integração* e seu oposto, *desfiliação*, Castel (1998) identificou zonas de *vulnerabilidade social*. Observamos que essas zonas são mostras do movimento de sujeitos que migram de uma zona para outra. O autor ressalta que o importante é perceber *o que* os faz transitar. E essa é uma problematização que nos parece crucial na reflexão da inclusão digital.

O que facilita a um sujeito — indivíduo, organização ou país — ser mais incluído digital, ou mais *integrado*, do que outro sujeito? Acreditamos que se trata de uma metamorfose contínua.

6.2 O termo *inclusão digital* na perspectiva da *integração*

Contudo, como percebeu Silveira (2008), por não se tratar de um processo natural, o dualismo exclusão e inclusão digital, infelizmente, ainda tem um enorme valor de uso, por um longo tempo. Desse modo, eis um fenômeno que envolve vários eixos da sociedade em sua origem, a exemplo do direito à comunicação, relações sociais, educacionais e de ordem política, cultural e econômica. No âmbito dos direitos fundamentais, o direito à comunicação e o direito à informação estão em evidência em uma lista de direitos básicos da cidadania, como destacou Garcez (2007). Tratar de inclusão digital a partir dessa perspectiva, segundo Buzato (2007), compreende entender que:

[...] inclusão e exclusão não são sinônimos de estar dentro e estar fora, partilhar do consenso ou alienar-se totalmente: são dois modos simultâneos de estar no mundo. Trata-se de uma perspectiva baseada na heterogeneidade (da linguagem, da cultura, do sujeito e da tecnologia) a partir da qual é possível perceber que *todos já somos irremediavelmente incluídos e excluídos ao mesmo tempo*: o termo inclusão, nesse caso, pretende aludir à possibilidade de subversão das relações de poder e das formas de opressão que se nutrem e se perpetuam por meio da homogeneização, da padronização, da imposição de nossas necessidades ao outro e do fechamento de significados (BUZATO, 2007, p. 34, grifos dos autores).

Embasar a inclusão digital na perspectiva de integração é considerar que exclusão e inclusão se tratam de um par dialético. Mais uma vez, concorda-se com Buzato (2007), pois todos os sujeitos coexistem na sociedade de maneira heterogênea, diferindo uns dos outros graças aos aspectos comportamentais, econômicos, culturais, cognitivos e genéticos. Esses elementos dos indivíduos impactam nas relações e determinam os vínculos de pertencimento social. Ou seja, todos os seres humanos participam de maneira ativa na sociedade, independente da classe ou margem social que ocupam. A coexistência, nesse caso, é para ilustrar que os sujeitos têm acesso em graus diferentes e a bens distintos da sociedade na qual pertencem. Outro ponto interessante a ser observado nesta análise é a forma de pertença dos indivíduos frente ao sistema dominante, como destaca Demo (2002), percebendo, nessa perspectiva de integração, que os excluídos também participam ativamente do sistema, seja pela ameaça à ordem, ou pela necessidade de assistência. Nessa concepção, mesmo os marginalizados de toda ordem, a exemplo dos desempregados, moradores de rua, delinquentes e criminosos, estão incluídos no sistema.

Lembrando do personagem de Kafka, mesmo após ter sofrido a metamorfose e, por essa razão fragilizado seus vínculos relacionais com a sociedade, Gregor Sansa continuava presente e sua aparência causava repulsa e raiva, embora de maneira involuntária naqueles que o cercavam. Desse modo, nos parece que é necessário superar a *aparência* para chegar à essência do fenômeno, compreendendo detalhes do movimento da inclusão digital.

6.3 O termo *inclusão digital* a partir das zonas de *vulnerabilidade social*

Outra situação também passível de reflexão sob o aspecto do conceito de integração para propor a inclusão digital está no elemento intermediário entre a integração e a desfiliação, ou seja, as zonas da vulnerabilidade.

A compreensão dual (dentro ou fora) permite que seja criada uma situação, onde as políticas e programas de inclusão digital adotem uma compreensão de que para incluir, é suficiente disponibilizar e contabilizar o acesso a fontes de informação. Essa perspectiva traz como consequência o esquecimento, por parte dos projetos, de elementos de ordem mais subjetiva e que potencializam a emancipação do sujeito, como a produção e apropriação de conteúdos informacionais, as relações (intermediações, mediações, comunidades de práticas e interações por meio da rede) e a possibilidade de educação para a cidadania, por intermédio das tecnologias digitais.

Tal preocupação se constitui em uma demanda contemporânea frente às TIC, sendo que cada indivíduo possui suas necessidades. O discurso pedagógico que trata de TIC e educação, na contemporaneidade, vislumbra o computador para além do didático, ou seja, computador e internet com cunho político/pedagógico. De acordo com Martins (2004), isso significa que, no que se refere aos novos espaços de experimentação e relacionamento, potencializados pela introdução das TIC, há um tênue limiar entre a apropriação de caráter estruturante e relacional. As TIC reestruturam a sociedade.

É preciso que todas as “zonas” em estado de vulnerabilidade ou de desfiliação estejam preparadas para transitar com a fluidez requerida nas infinitas redes. Esse é outro ponto relevante que se acredita ser campo para reflexão, diante do conceito de integração. Pois, se a inclusão digital for entendida como parte dinâmica da cibercultura para integração, foge-se ao *fetichê* do termo, visando se preocupar com questões mais qualitativas, a exemplo da possibilidade de associar a inclusão digital à formação.

De acordo com Freire (2004), parece que no caso da inclusão digital não há um manual de procedimentos a ser consultado, nem tampouco um mapa do caminho a seguir. O que, certamente, “representa uma oportunidade histórica para cientistas e profissionais da informação e da educação trabalharem no sentido de pensar e desenvolver modos e meios para inclusão digital de populações social e economicamente carentes, *pari passu* com ações pela cidadania e inclusão social” (FREIRE, 2004, p. 13).

Nessa perspectiva, não existe de fato um “ser excluído”, mas sim indivíduos abandonados pelo sistema. Tal abandono é intensificado pela atual ordem mundial, como se os sujeitos estivessem “encalhados na margem, depois que a corrente da troca produtiva se desviou deles” (CASTEL, 1998, p. 71), caracterizados como inúteis para o mundo, pois a economia exige cada vez mais competências atualizadas com a fluidez e efemeridade de acordo com as leis embutidas na dinâmica do próprio sistema.

Pessoas presumidas como excluídas do digital ocupam o último lugar na sociedade da informação, como atuantes nas redes sociais, no movimento da cibercultura e, por conseguinte, das novas maneiras de exercício de cidadania. O que é possível observar, diante disso, é uma necessidade de integração nessas camadas da sociedade. Porém, como na perspectiva dual (dentro/fora), também a inclusão digital ancorada no conceito de integração depende dos sujeitos que estão incluídos. Pois, para se basear em uma perspectiva que visa considerar as demandas de todas as classes e grupos sociais é preciso levar em

consideração que o processo de integração deve ser uma ação conjunta entre governo, Estado e sociedade, pretendendo *potencializar a emancipação heterogênea* das populações.

As transformações acontecem a todo o momento e proporcionam cada vez mais sujeitos sociais metamorfoseados. Acredita-se relevante considerar que é preciso evitar que as desvinculações das relações do trabalho, da família e da cultura aconteçam. É preciso promover propostas de inclusão digital que tenham por trás o conceito de integração, respaldado em aspectos educacionais como a formação, a mediação e os conteúdos. As borboletas começam a voar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo tratou de uma análise de conceitos que sustentam o termo inclusão digital. Desse modo, essa expressão foi observada sob a perspectiva do conceito de inclusão social e de integração. Duas metáforas foram apresentadas: a metamorfose de Kafka para explicar o par dual (inclusão-exclusão) e a metamorfose da borboleta como outra possibilidade que aponta para a transformação a partir da perspectiva de integração.

A “metamorfose” foi aqui colocada para ilustrar o próprio movimento social impulsionado pelas transformações conjunturais ocorridas em uma escala histórica que, neste texto, não teve uma dimensão exata, mas esteve sempre presente, procurando conferir uma ideia de que toda a dinâmica econômica e social impacta no atual momento da sociedade. Foram realçados alguns aspectos que envolvem o conceito de conscientização, visando demonstrar a importância no esforço reflexivo das principais categorias discutidas neste texto (inclusão social e integração social).

O poder de viabilização, tanto de inclusão social quanto de integração, está nas mãos daqueles que detêm os meios de produção e articulam o jogo social. Sendo que estão presentes, e transitam no jogo social, parcelas consideráveis da população mundial, contudo, muitos desses sujeitos participantes são meros expectadores nas redes que interligam o jogo social.

Assim, é interessante que aqueles que pensam e desenvolvem as políticas de inclusão digital possam reconhecer e refletir sob as perspectivas de inclusão social, considerando que todos, sem exceção, estão inclusos no sistema. Acredita-se que o primeiro passo é pensar que o “sujeito da metamorfose”, ainda que aparentemente desumanizado, possui consciência e anseia por tecnologias e recursos que possam qualificá-lo objetivamente na sociedade da qual participa.

REFERÊNCIAS

ANACORFAGIA DE ARRUDA. **Adaptações baratas da literatura universal:** a metamorfose-Franz Kafka, 2011. Disponível em: <<http://eduardoarruda.blogspot.com.br/search?updated-min=2011-01-01T00:00:00-08:00&updated-max=2012-01-01T00:00:00-08:00>>

08:00&max-results=17>. Acesso em: janeiro de 2012.

BAUER, Carlos. **Introdução crítica ao humanismo dialógico de Paulo Freire**. São Paulo: Sundermann, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2003, p. 64.

BUZATO, Marcelo. **Entre a fronteira e a periferia: linguagem e letramento na inclusão digital**, 2007. Tese (Dout. Linguagem e Tecnologia) – UNICAMP. Campinas, UNICAMP, 2007.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Trad. Iraci Poleti. Petrópolis: Vozes, 1998.

CAZELOTO, Edílson. **Inclusão digital: uma visão crítica**. São Paulo: Senac, 2008.

CHEPTULIN, Alexandre. **A dialética materialista: categorias e leis da dialética**. São Paulo: Alfa-Ômega, 2004.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET. **TIC Domicílios: pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e comunicação nos domicílios brasileiros**. CGI: São Paulo, 2016.

DEMO, Pedro. **Charme da exclusão social**. Campinas: Autores Associados, 2002.

DJIK, Jan. van. **The network society**. Third Edition. London, Thousand Oaks CA, New Delhi. Singapore: Sage Publications, 2012.

DUARTE, Newton. **A individualidade para-si: contribuição a uma teoria histórico-social da formação do indivíduo**. Campinas: Autores Associados, 1993.

FREIRE, Isa Maria. Acesso à informação e identidade cultural: entre o local e o global. Revista Ciência da Informação, **Ci. Inf., Brasília**, v. 35, n. 2, mai./ago. 2006.

FREIRE, Isa Maria. O desafio da inclusão digital. **Transinformação**, Campinas, v. 16, n. 2, mai./ago. 2004, p. 189-194.

FREIRE, Isa Maria. Sobre a temática “responsabilidade social” na literatura da Ciência da Informação indexada pela Brapci. **Logeion**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 59-76, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**, 50. ed. Rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FREITAS, Luiz Carlos de. A internalização da exclusão. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 80, set./2002.

GARCEZ, J. R. The right to communication: need of a public policy for promoting social inclusion. **Inclusão Social**, v. 2, n. 1, 2007.

GUIMARÃES, Antonio S. A. Desigualdade e diversidade: os sentidos contrários da ação. In: BOTELHO, A.; SCHWARCZ, L. M. (Org.). **Agenda brasileira: temas de uma sociedade em mudança**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

HERNÁNDEZ SAMPIERI, R.; FERNÁNDEZ COLLADO, C.; BAPTISTA LUCIO, M. del P. **Metodología de la investigación**. Mexico: Penso, 2013.

JARDIM, J. Maria; SILVA, S. C. A.; NHARRELUGA, R. S. Análise de políticas públicas: uma abordagem em direção as políticas públicas de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 14, n. 1, 2009.

KAFKA, Franz. **A metamorfose**. Porto Alegre: L&PM, 2009.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MARTINS, D. M. B. Identidade-diferença, novas TIC e a cultura dos grupos: os contextos intersticiais como agentes de transformação. **Revista da FAEEDBA - Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 13, n. 22, p. 297-304, jul./dez. 2004.

NEVES, B. Coelho. Políticas de informação, as tecnologias de informação e comunicação e a participação no âmbito da sociedade da informação: enfoque na inclusão digital do global ao local. **Transinformação**, Campinas, v. 22, n. 1, p. 47-60, jan./abr. 2010.

NEVES, B. Coelho. **Tecnologia e Mediação**. Curitiba: CRV, 2017.

OLIVEIRA, P. C.; CARVALHO, P. A intencionalidade da consciência no processo educativo segundo Paulo Freire. **Paidéia**, 17 (37), 219-230, 2007.

PENA, Rodolfo F. Alves. Índice de Gini. **Brasil Escola**, 2016. Disponível em <<http://brasil-escola.uol.com.br/geografia/indice-gini.htm>>. Acesso em 24 de agosto de 2016.

RIBEIRO, Marlene. Exclusão: problematização do conceito. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 23-49, jan./jun. 1999.

SANTOS, C. Q.; CARDOSO, A. M. P. Inclusão digital e desenvolvimento local. **Transinformação**, Campinas, v. 21, n. 1, p. 7-22, jan./abr. 2009.

SILVEIRA, S. Amadeu. A noção de exclusão digital diante das exigências de uma cidadania. In: HETKOWSKI, T. M. (Org.). **Políticas públicas e inclusão digital**. Salvador: Edufba, 2008.

SPINELLI, Daniela. Algumas considerações sobre a metamorfose de Kafka com base no texto “anotações sobre Kafka” de Adorno. **Kalfope**, São Paulo, ano 1, n. 2, 2005.

DADOS DOS AUTORES:

BARBARA COELHO NEVES

Universidade Federal da Bahia. Professora do PPGCI-UFBA e do PPGE-UFBA. Líder do Laboratório de Tecnologias Informacionais e Inclusão Sociodigital. Salvador/BA. barbara-coelho2000@yahoo.com.br

ISA MARIA FREIRE

Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professora do PPGCI-UFPB. Líder do Laboratório de Tecnologias Intelectuais. João Pessoa/PB.

EMIR SUAIDEN

Universidade de Brasília (UNB). Professor Titular e Pesquisador Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Brasília/DF. emir@ibict.com

Submissão em: 06/03/2017

Aceito em: 22/03/2018